

Artigo recebido em:

07.11.2016

Aprovado em:

06.01.2017

Clarissa Corrêa Henning

Jornalista (Feevale),
mestre em Comunicação
e Cultura (UFRJ) e dou-
toranda em Ciências da
Comunicação (Unisinos).

Bolsista Proex. E-mail:
clarissa.henning@gmail.
com

Credibilidade e cibercultura: o jornalismo nas malhas da rede

Clarissa Corrêa Henning

Resumo

A emergência de novas ferramentas na rede e as práticas de internautas que colocam em xeque a legitimidade do jornalista como único emissor das “notícias que interessam” instauram uma séria crise no modelo da Indústria Cultural. Se por um lado as novas tecnologias ajudam a difundir visadas minoritárias, por outro o controle online limita a circulação e evidencia o quanto elementos não humanos, em princípio externos ao jornalismo, concorrem para determinar a produção/circulação da notícia. Portanto, a intenção deste artigo é, a partir de certos episódios das Jornadas de Junho de 2013, ensaiar algumas considerações sobre os deslocamentos no jornalismo contemporâneo – atentando também para as condições de possibilidade da agência dos não-humanos e os efeitos que tal agência acarreta na construção da credibilidade jornalística. Se a crise da modernidade mostra que as verdades são múltiplas, a cibercultura aponta para as condições de possibilidade que as tornam potentes.

Palavra-chave:

Jornalismo; cibercultura; credibilidade; dispositivos tecnológicos.

Abstract

The emergency of new tools on the web and the practices of internet users questions the legitimacy of the journalist as the only issuing of “interesting news”, putting a serious crisis in the Cultural Industry model. In one hand technology helps to diffuse minorities, on the other hand the online control limits the circulation and evidences how much non – human elements firstly out of journalism, competing to determine the news production/ circulation. So, the intention of this article is, from certain episodes of Jornadas de Junho de 2013, taking some considerations about changes in the contemporaneous journalism – also paying attention to the possibility conditions of non-human agency and the effects that such agency brings in the constructions of journalistic credibility. If the modern days crisis shows truths are multiple, ciberculture points to possibility conditions that make them stronger.

Keywords:

Journalism, cyberculture, credibility, technological devices.

Estudos em Jornalismo e Mídia

Vol. 13 Nº 2

Julho a Dezembro de 2016

ISSNe 1984-6924

Fenômenos contemporâneos vêm deslocando os modos de fazer jornalismo. Um dos efeitos da cibercultura, por exemplo, foi problematizar a relação do jornalismo com o seu público (influência sobre pautas e fontes) e com os usos das ferramentas digitais (construção e circulação do conteúdo). Assim, a composição entre elementos humanos e não-humanos faz parte da luta pela credibilidade jornalística.

Este artigo procura discutir a agência dos não humanos e seus efeitos sobre o jornalismo, prioritariamente. Para delinear o pano de fundo da conversa, penso também ser adequado apontar alguns atravessamentos que compõem o horizonte de nossa atualidade e que, de uma forma ou de outra, impulsionam os deslocamentos da credibilidade dos discursos públicos. Assim, ao lado das tecnologias, áreas como a política, o trabalho, a cultura e a academia tanto participam quanto sofrem transformações.

No caso específico da área acadêmica do jornalismo, alinho-me aos ensinamentos de Deuze e Witschge (2015) quando criticam a “representação consensual do jornalismo”. Para além do conceito/objeto ordenado/delimitado e tradicionalmente proposto, o jornalismo é um trabalho de fronteiras. Os autores atentam para seu caráter negociável, continuamente redesenhado e flexível – e mutável historicamente. Tal afirmação destaca a variedade de práticas que cotidianamente fazem o jornalismo existir, seja ou não em uma grande redação. E isso porque também o sujeito jornalista sofre os deslocamentos da atualidade. Contudo, compreender esse conjunto é uma tarefa árdua e sempre incompleta.

O presente trabalho é uma tentativa de contribuir com tal discussão e usa como exemplo alguns episódios das Jornadas de Junho de 2013. Há momentos de resistência que parecem sacudir o mundo e nos obrigam a pensar para além do pensado. Exigem que escutemos com mais atenção. Há momentos em que a vida se torna pura potência e a realidade, puro devir. As Jornadas de Junho ar-

refeceram, mas a poeira que levantaram – por mais efêmera que tenha sido – alterou de vez a forma como entendemos a política, o jornalismo e o lugar de fala que rotineiramente reservamos a nós mesmos. E, entre os vários atores de um acontecimento que causou sucessivos vazamentos na opinião pública, estão os artefatos digitais. Tentar entender a agência de tais elementos na composição da credibilidade jornalística é a proposta dessa escrita.

Jornalismo e efeitos de verdade na era digital

A instituição jornalística conquistou legitimidade para relatar os acontecimentos do mundo. Por outro lado, a credibilidade de seu discurso coloca em operação efeitos de verdade que indicam uma hierarquia de importância entre as notícias e que sugerem de qual perspectiva cada acontecimento deve ser analisado. O gênero jornalístico, assim, contribui para a produção de consensos que valoram nossos comportamentos como certos ou errados, normais ou anormais, legítimos ou clandestinos. Contudo, deve-se ter em mente que a recepção da informação não é passiva: assim como o jornalista, o leitor também tem sua percepção atravessada pela própria subjetividade.

A ideia de que o jornalismo reporta a realidade com objetividade está profundamente arraigada, não só no público, mas principalmente nos próprios jornalistas. Alsina (2009) explica que a credibilidade do discurso jornalístico depende do efeito de verossimilhança. Porém não se tratam de mentiras, pois o jornalista está condicionado à interpretação baseada na sua vivência pessoal e profissional. Por outro lado, o autor destaca que todo leitor pode recusar a valoração contida no discurso que recebe:

Os jornais fazem interpretações da realidade. Quanto mais eles se ajustam à interpretação da realidade que o leitor faria se estivesse no lugar do jornalista, mais o jornalista vai acreditar que se trata de uma

descrição objetiva. Mas, quando ainda nesses casos, o leitor estiver ciente de que está diante de uma construção da realidade social terá sido então gerada a mudança de mentalidade. O leitor crítico é quem sabe por que os meios de comunicação afirmam o que afirmam e compreende, também, que essas afirmações não são verdades absolutas (ALSINA, 2009, p. 294).

O formato digital alterou drasticamente a maneira de consumir produtos culturais. Mais do que isso: a popularização da internet e das redes P2P trouxeram em seu esteio uma crise de suportes sem precedentes (DE MARCHI, 2005). A liberação do polo emissor, antes seara quase exclusiva dos *mass media*, incentiva a troca e a colaboração entre os internautas (LEMONS, 2007). Assim, a produção de conteúdo alternativo e uma nova forma de distribuição das notícias deslocam a legitimidade do discurso jornalístico.

É importante, contudo, perceber a capacidade de flexibilização do capitalismo de fluxos. Nesse sentido, Primo (2013) ensina: “Ao mesmo tempo que as mídias digitais contribuem para a intervenção política e para movimentos de resistência, o grande capital também se reinventa” (p. 20). Todavia, para além da competência do biopoder¹ em converter o dissenso online em proveito próprio, o autor alerta que o diferencial deste tempo está no que hoje atravessa tanto o capitalismo de fluxos quanto a resistência a ele: o protagonismo do conhecimento e da colaboração.

O social é tecido em meio a questões complexas e controversas que reúnem vários atores – e quanto mais polêmica é a controvérsia, mais atores e objetos são chamados para a disputa (LATOURET, 2012). E mesmo dentro de um único grupo a negociação é um trabalho árduo e constante.

As Jornadas de Junho colocaram em evidência a crise de credibilidade que atravessa a mídia hegemônica. A resistência biopolítica (HARDT; NE-

GRI, 2005) ocupou a rua e a internet, causando um curto-circuito em palavras de ordem caras à mídia de massa, como “vandalismo” e “ordem pública”. Mas para além de exaltar a indisciplina ou legitimar o “protesto pacífico”, é necessário compreender as dinâmicas de trabalho que determinam em grande parte a construção de cada narrativa.

Ao eleger suas fontes, ao autorizar quem fala, o jornalismo também demarca quem são os que não podem falar. Essa escolha é inerente ao exercício da profissão – e o jornalista ainda precisa lidar com as limitações do processo de produção/circulação da notícia. Por outro lado, a absorção da sociedade civil pelo Estado, que abre espaço para as resistências articuladas – é o paradoxo da “máxima pluralidade e incontornável singularização” (HARDT; NEGRI, 2005, p. 44). Foucault (2001) alerta que as resistências são o outro termo das relações de poder, seu interlocutor irreduzível, e que são distribuídas irregularmente. Esses movimentos produzem clivagens que implodem as unidades e traçam nos indivíduos regiões irreduzíveis. É nesse sentido que Hardt e Negri (2005) indicam a multidão como capaz de construir um contra-império dentro do próprio terreno imperial. Até porque, de certa forma, o nascimento do império² foi uma exigência da multidão: suas revoltas do tempo disciplinar indicavam o desejo de internacionalização e de globalização, contrapondo-se às delimitações nacionais, coloniais ou imperiais. É claro que o império constrói relações de poder muitas vezes mais cruéis do que aquelas peculiares às sociedades disciplinares. Mesmo assim, as características do império nos permitem abandonar as velhas estruturas do poder moderno e deixam entrever um importante potencial de transformação. Isso porque a globalização é um regime que produz identidade e diferença – e é esta última que viabiliza o poder da multidão global.

A multidão composta de subjetividades globalizadas está em perpétuo movimento e cada um dos eventos que protagoniza força reconfigurações no sis-

¹ *Biopoder é um termo cunhado por Foucault (2008) que conceitua o poder que se inscreve na própria vida. Hardt e Negri (2005) usam o termo para articulá-lo ao conceito de império; este designa a atual transferência de soberania dos Estados nacionais para um tipo de governança mundial. Essa governança articula outras formas de governo com o objetivo de apropriar-se da produção biopolítica da população. É este poder – que investe a própria vida – que é chamado de Biopoder.*

² *Segundo Hardt e Negri (2005), o império caracteriza um poder que não reconhece fronteiras e que deve ser compreendido como “uma ordem que suspende a história” (p. 14). Seu poder atravessa todos os registros sociais, e sua meta é governar “a vida social como um todo, e assim o império se apresenta como forma paradigmática de biopoder” (p. 15).*

tema. A sequência dos eventos é imprevisível e incontrolável. As lutas biopolíticas indicam, assim, o desenvolvimento dos projetos constituintes da multidão e sua força criadora.

Opondo-se ao conceito de multidão está o conceito de povo (HARDT; NEGRI, 2005). Nele, existe a ideia de homogeneidade interna e de identidade, apontando para uma vontade única e uma determinada maneira de agir. Por seu turno, a multidão – irredutivelmente heterogênea – protagoniza várias vontades e ações geralmente contrapostas àquelas imputadas ao povo. Qualquer Estado-nação precisa fazer da multidão um povo porque é necessário impor a ordem, e esta presume a unidade de fins. Contudo, o principal apoio do comando imperial não são as modalidades disciplinares do Estado moderno: o controle é biopolítico. A multidão precisa ser governada e efetivamente o é através das tecnologias próprias da governamentalidade³. Essas tecnologias são ferramentas que visam não destruir a potência da multidão, mas controlá-la.

Tendo em vista a emergência de uma multidão conectada, a construção de espaços de luta comuns e a mobilização civil apontam para outro entendimento de democracia. Como ensinam Hardt e Negri (2005), a opinião pública alardeada pela máquina imperial-midiática, longe de ser um espaço de representação democrática, é um campo de conflito: as diferenças de expressão da multidão demonstram a impossibilidade de uma versão global do politicamente correto.

É importante atentar para o fato de que mobilizações como as Jornadas de Junho seriam outra coisa se as novas tecnologias não existissem. Os não-humanos são parte fundamental das conexões que delineiam a formação daquilo que entendemos como social. A busca dessas associações irredutivelmente híbridas e distribuídas alcançam elementos heterogêneos que, por si só, não podem ser definidos como “sociais”. Isso porque o social é, justamente, o que emerge na espessura das relações travadas entre os

diferentes elementos, humanos ou não (LATOURET, 2012). Assim, mapear tais conexões, compreender suas dinâmicas e estratégias, analisar os modos como os atores aliciam e são aliciados no árduo processo de produzir o social é parte fundamental de uma pesquisa que busca compreender o que aí está.

Tanto a emergência de novas ferramentas na rede – que facilitam e estimulam a produção e a circulação de informações – quanto as práticas de internautas que colocam em xeque a legitimidade do jornalista como único emissor legítimo das “notícias que interessam” instauram uma séria crise no modelo da Indústria Cultural. Massiva e fechada, a cultura pré-internet viabilizava a prerrogativa do jornalista como única figura capaz de produzir e divulgar os discursos do mundo sobre o mundo. A internet revolucionou as práticas de produção e circulação e hoje diariamente emergem na rede novas formas de comunicação interativa, irreverentes, abertas e descentradas.

Blogs, fotologs, redes sociais e outras plataformas colaborativas subvertem a lógica tradicional: a produção de conteúdo *online*, incontrolavelmente, escapa aos ditames da Indústria Cultural. Um elemento inerente a esse quadro é o próprio conceito de trabalho, que foi alterado pelas novas tecnologias e pelo uso cada vez mais intenso do trabalho imaterial. Os atuais processos produtivos reclamam a ação política, no sentido de que o trabalhador precisa lidar com o imprevisto e lançar mão de performances comunicativas. Mas o processo produtivo pós-fordista “parodiando a autor-realização, na realidade marca o ponto máximo de submissão” (VIRNO, 2008, p. 124), porque a exigência do virtuosismo na produção faz com que características próprias da ação política passem a ser pré-requisito – o Intellecto é, agora, a principal força produtiva. Nesse sentido, Bentes (2011) expõe a irredutível ligação entre a necessidade do diploma para o exercício do jornalismo e a submissão à lógica patronal:

³ Foucault (2007) ensina que para além de um Estado soberano, hoje a população é gerenciada por uma técnica de governo que alimenta seu saber por meio da economia política e do controle à distância. Técnicas de segurança garantem a liberdade da população em um cenário onde a figura do Estado não é a protagonista. Assim, o fenômeno da governamentalização do Estado é fundamental na contemporaneidade, tornando supérfluas as teorias que veem o Estado como principal posição a ser ocupada ou como o inimigo a ser extinto. São as táticas da governamentalidade que determinam o que é de responsabilidade do Estado; são elas que definem o que é público e o que é privado – o Estado, para além de uma abstração mistificada, deve ser entendido por meio dessas tecnologias de segurança e controle.

[...] as universidades não precisam (ou não deveriam) formar “peões” diplomados, mas jovens capazes de exercer sua autonomia, liberdade e singularidade, dentro e fora das corporações, não profissionais “para o mercado”, mas capazes de “criar” novos mercados e ocupações, jornalismo público, pós-corporações, midiarte, jovens que inventam ferramentas, práticas e mercados pós mídias massivas. (BENTES, 2011, p. 72, grifos da autora).

Accardo (2000) explica ser compreensível que muitos observadores da mídia imaginem que os jornalistas trabalham em prol das empresas que os empregam e dos acionistas ligados a elas, condicionando o público de acordo com o maior ou menor ganho de tais empresários. Mas é importante destacar que disso não se deduz um suposto “maucaratismo” do profissional. Por uma série de fatores, os próprios jornalistas são condicionados. Mas para que tal lógica funcione, é imprescindível que as pessoas acreditem no que estão fazendo. Esses profissionais trabalham com boa-fé e zelo, mas evidenciam sua adesão ao sistema ao defenderem a face humana do capitalismo chamando-a simplesmente de “modernidade”. Assim, a identidade jornalística que busca a “verdade” dos “fatos” faz parte do jogo que condiciona a formação e a escolha dos profissionais da indústria de produção de conteúdo.

Agência dos não-humanos na (des) construção da credibilidade

O jornalismo é cartesiano e está em crise: assim, a reavaliação de conceitos como “objetividade” e “verdade” é tarefa urgente e irreversível (Christofoletti, 2008). É cada vez mais difícil manter a artificial separação entre Ciência e Sociedade, porque nosso mundo é construído na espessura mesma da relação que necessariamente é travada entre os dois polos. Na esteira de Latour (1994), é preciso deixar claro que não se nega a materialidade das coisas, bem pelo con-

trário. Os não-humanos interagem conosco, e é pelos híbridos que este mundo é engendrado. Nesse sentido, uma das grandes transformações por que passa o jornalismo é no uso das novas tecnologias na produção da notícia (PEREIRA; ADGHIRNI, 2011): cada vez mais a busca em bancos de dados e o imediatismo guiado pela necessidade da convergência suplantam o tempo que antes era dedicado ao cultivo de fontes e à verificação dos fatos, por exemplo. Também a portabilidade e a ubiquidade de conexão são elementos cruciais para a emergência do jornalismo como hoje o conhecemos (SILVA, 2011).

As redes sociais forçaram a transformação da abordagem inicial feita pela mídia de massa sobre as Jornadas de Junho. De acordo com Malini e Antoun (2013), enquanto a mídia de massa está embasada na lógica do “todo mundo está falando nisso”, e caracteriza o conceito de Guerra da Informação, a lógica dos perfis está baseada na premissa “meu amigo recomendou”, e demarca a Guerra em Rede. Tanto a primeira lógica quanto a segunda lançam mão de táticas de monitoramento e de laços afetivos para funcionar. Elas disputam a legitimidade para assumir o lugar de fala da narrativa pública.

Exemplos de recursos de redes sociais como meios de produção/apropriação de narrativas são os eventos no Facebook e as *hashtags* no Twitter (MALINI, 2013, *online*). No caso do Facebook, os usuários dão força a muitas manifestações de rua confirmando presença, mesmo que não possam estar lá fisicamente:

A dinâmica do Facebook ilustra curiosamente a articulação rua e rede. Há aqueles que estão presentes na primeira; há aqueles que estão na segunda. Os primeiros enunciam; os segundos anunciam. Os primeiros, de dentro da mobilização, relatam. Os segundos, de dentro da rede, espalham e como-vem (MALINI, 2013, *online*).

Participando do evento na plata-

forma, os internautas têm a possibilidade de fazer circular conteúdo multimídia e construir narrativas comuns a partir de diferentes elementos. A interface facilita a circulação das narrativas através de recursos como “curtir”, “seguir”, “comentar” e “compartilhar”.

No Twitter, a multidão que tomou conta das ruas durante as Jornadas de Junho se fez presente em uma variedade de *hashtags* – #vemprarua, #tarifazero, #passelivre etc. Malini explica que as imagens aéreas produzidas pela grande mídia ficaram nas mãos dos internautas que estavam em casa. Recebendo relatos dos que foram para a rua e se apropriando do conteúdo veiculado na mídia tradicional, os chamados “ativistas de sofá” impulsionaram a circulação de novos olhares e de outras formas de contar os acontecimentos.

Destaca-se a grande circulação de determinados *tweets* alcançada por perfis sem grande popularidade, mas que conseguiram falar de uma perspectiva partilhada por muitos. Além disso, Malini (2013, *online*) frisa que a potência de tais afirmações não foi revertida em um aumento dos seguidores ou de popularidade para esses perfis. No mesmo sentido, também é preciso distinguir a atuação do *problogger* e do “blogueiro de rua” (MALINI; ANTOUN, 2013). O primeiro acompanha os assuntos mais populares para capitalizar conexões; o segundo – figura emergente da cibercultura – usa o *streaming* para transmitir ao vivo, e no meio dos acontecimentos, para amigos e parceiros. Produzindo conteúdo ao mesmo tempo em que participa da ação, o “blogueiro de rua” ocupa a rede social e faz dela, antes de qualquer coisa, uma mídia de vazamento.

Nesse tempo de crise do jornalismo cartesiano, foi emblemática a cena protagonizada pelo apresentador Datena, no dia 13 de junho de 2013, no programa *Brasil Urgente* – e relatada por Viana (2013). Imagens da quarta mobilização pelo passe livre em São Paulo eram transmitidas, acompanhadas da fala do apresentador que repudiava o movimento. Como de costume, Datena lançou a

enquete do programa – naquele dia, focada na marcha na cidade de São Paulo: “Você é a favor desse tipo de protesto?”. Os números não confirmaram a expectativa da produção e o apresentador procurou uma razão que explicasse o que havia saído errado: “Será que nós formulamos mal a pergunta? ‘Você é a favor de protesto *com baderna*? Eu acho que essa seria a pergunta. [...] Faça a pergunta do jeito que eu pedi, por favor [...] por que aí fica claro, que senão o cara não entende”. Analisando a anedota, Viana explica:

O erro, para Datena, não estava na pesquisa, mas em sua deturpação, gerada pelas próprias imagens que então eram transmitidas ao seu lado [...]. Os manifestantes ainda não haviam chegado à rua da Consolação, onde uma tropa espetacular os aguardava para, como nos atos anteriores, demonstrar, ao vivo, de que matéria é feito nosso estado de direito. O equívoco não estava lá nem cá: os telespectadores sabiam muito bem do que se tratava; e a pesquisa não mentira ao diferenciar as “manifestações pacíficas” dessa que então estava sendo transmitida. O erro estava nas ruas. (VIANA, 2013, pp. 54-55).

Sim, o “erro” estava nas ruas. E mais do que isso: também circulava amplamente nas redes sociais, fazendo com que a TV fosse “ocupada pela segunda tela, a internet” (MALINI, 2013, *online*).

Pasquinelli (2012) ensina que o avanço da sociedade de controle deleuziana⁴ abriu espaço para uma forma de controle biopolítico. Essa forma seria o que vivenciamos hoje: a sociedade de metadado⁵. Ele usa a Máquina de Turing “como o modelo empírico mais geral e mais à mão para descrever as entranhas dos assim chamados trabalho imaterial e capitalismo cognitivo” (p. 17). Apoiado nas ideias de Simondon, ele explica que a máquina é um relé, ou seja, tem um ponto para a entrada de energia e outro para a entrada da informação. Através

⁴ Deleuze (1992). *A intensificação do poder disciplinar e a democratização dos mecanismos de comando caracterizam a Sociedade de Controle. A diferença desta para a Sociedade Disciplinar é o alcance do controle: agora, ele estende-se para fora das instituições sociais, funcionando por modulação. O homem confinado, marca do poder disciplinar, dá lugar ao homem endividado, personagem-chave na sociedade de controle. A assinatura e o número de matrícula dão lugar à cifra/senha, ou seja, a linguagem numérica do controle é feita de cifras que marcam o acesso à informação, ou a negação a esse acesso. Por isso a informática e os computadores protagonizam o modo de funcionamento dessa nova organização: é assim que a ameaça passiva é a interferência, e a ativa é a pirataria ou a proliferação de vírus.*

⁵ “Informação sobre informação” (PASQUINELLI, 2012, p. 20).

⁶ *Idem, ibidem, p. 7.*

de um artigo de Alquati, contemporâneo de Simondon, Pasquinelli liga o conceito de máquina cibernética ao de informação valorizante: esta é transformada, ao entrar na máquina, em conhecimento maquínico. É assim que, ao passar o conhecimento dos operários para a linguagem cibernética (bits), a informação é investida de valor. Pasquinelli explica que Alquati ecoa o pensamento marxista ao conceituar a máquina como uma forma de acumular mais-valia e ao entender o saber vivo que a alimenta como um campo de resistência a ela. Nesse sentido, o *general intellect* representa a potência de um saber que extrapola qualquer objetivização:

O intelecto geral [*general intellect*] se apresenta não só ‘cristalizado’ na máquina, mas *difuso* atravessado em toda a ‘fábrica social’ da metrópole. Então, logicamente, se o conhecimento industrial desenhara e operara máquinas, também o conhecimento coletivo fora da fábrica tem de ser *maquínico*. Aqui é preciso atentar cuidadosamente para as manifestações do intelecto geral [*general intellect*] que atravessa toda a metrópole, para tentar entender onde o encontramos ‘morto’ ou ‘vivo’, já ‘fixado’ ou potencialmente autônomo. Por exemplo, em que medida hoje o tão celebrado Software Livre e a chamada cultura livre são cúmplices das novas formas de acumulação do capitalismo digital? (PASQUINELLI, 2012, p. 13, grifos do autor).

Convertendo o significado em ação, o código e os programas de software podem ser entendidos como protagonistas de acumulação da mais-valia sobre o conhecimento geral. Nesse sentido, ao medir a produção das relações sociais, o metadado mede o valor dessas relações transformando-as em mercadoria (mais-valia de rede). Em seguida, essas informações são usadas para alimentar a inteligência da máquina, cristalizando

o conhecimento do comum previamente mapeado (mais-valia de código). Finalmente, emerge a nova forma de controle biopolítico: a vigilância. Ela serve como instrumento de prevenção e controle que lança mão de dados ativamente produzidos pelos usuários, constituindo assim a chamada “sociedade do metadado”.

Como não há poder sem resistência, cabe ressaltar que existem modos diferentes de fazer falar os rastros digitais (BRUNO, 2012). Ao invés de compreendê-los como evidência a serviço da vigilância, a Teoria Ator-Rede aborda-os como “inscrições de ações” na composição de coletivos⁶. Aqui, interessa “seguir os atores”: por um lado, mapeando a formação de padrões de ordenamento; por outro, cartografando as condições de emergência dos limites impostos pelas forças da resistência a esse mesmo ordenamento.

Law (1992) diz que, na maior parte do tempo, lidamos com as coisas sem perceber que são compostas em redes. Isso acontece quando a rede age como um bloco único – ou, na linguagem de Latour (2000), como uma caixa-preta – e assim desaparece. Em seu lugar, surge uma ação ou um autor. Esse efeito de estabilidade da rede, ou pontualização (LAW, 1992), é mais comum em redes nas quais o efeito de seu ordenamento alcança ampla performatividade. Dito de outro modo, a pontualização é mais frequente em redes que determinam *rotinas*.

Na construção das notícias, o jornalismo hegemônico internalizou práticas possibilitadas pelas novas tecnologias. Um dos efeitos dessa internalização foi jogar os artefatos tecnológicos na invisibilidade, silenciando sobre o papel decisivo dos não-humanos – tanto na construção (uso de buscadores como o Google para escolha de fontes, por exemplo) quanto na recirculação⁷ da notícia (ZAGO, 2013).

Credibilidade e suas condições de possibilidade na cibercultura

Quanto aos índices de credibilidade da imprensa, a Pesquisa Brasileira de

⁷ Para além da apuração, produção, circulação e consumo, Zago (2013) indica a recirculação como uma quinta etapa no processo jornalístico. Assim, a recirculação acontece quando as notícias são filtradas e comentadas pelos interagentes em espaços públicos mediados – no caso, o Twitter.

Mídia de 2015 aponta que 58% dos entrevistados confiam muito ou sempre no meio jornal e 40% dizem confiar pouco ou nunca. Além disso, também destaca que 50% dos leitores não fazem mais nenhuma outra atividade enquanto o consomem. Por outro lado, são 21% os entrevistados que leem jornal pelo menos uma vez por semana.

Se a Pesquisa Brasileira de Mídia aponta a desconfiança sobre as informações veiculadas nas redes digitais, a pesquisa da CNT divulgada em julho de 2015 abordou a confiança das pessoas nas instituições. O estudo revela que 13,2% das pessoas acreditam na imprensa – mas que quase o dobro nunca confia no que é dito pelos jornais (21,2%).

Somos 90 milhões de brasileiros usando as redes sociais. A conexão constante com perfis atuantes politicamente coloca em evidência a agência de grupos como o Mídia Ninja⁸ e altera o panorama da mídia no país: “É a realidade de muitos jovens que pegam o telefone celular e fazem vídeos *streaming* para a internet dos acontecimentos de rua. [...] há vídeos com 70 mil pessoas assistindo em tempo real” (MALINI, 2013a, *online*).

De acordo com pesquisas desenvolvidas pelo Laboratório de estudos sobre Internet e Cibercultura (Labic) na Universidade Federal do Espírito Santo – grupo que Malini ajuda a coordenar – existe forte articulação entre a política, o Twitter e a rua. A emoção gerada na rua é transmitida pela rede social e desencadeia um processo de comoção pública ao vivo que toma amplitude em função do compartilhamento afetivo. Isso motiva a presença na rua ou o apoio a ela. Com mais gente atuando na rua e na rede, mais conteúdo é gerado e/ou compartilhado, compondo um ciclo emocional que renova a política.

Da Guerra em Rede, emergem três camadas estratégicas de disputa (MALINI; ANTOUN, 2013): a primeira camada é a da luta pelas narrativas; a segunda gira em torno do controle sobre as plataformas tecnológicas; e a terceira demarca a batalha pela normatização da internet e das práticas online.

Se por um lado “o jornalismo parece não ter reelaborado o seu papel neste cenário de permanente troca de informações e de conexões ubíquas” (MIELNICZUK, 2013, p. 122), por outro, certas polêmicas também demarcam uma grande controvérsia. É o caso daquelas que giram em torno da supressão de *posts* protagonizadas por censores do Facebook. É também o caso da que discute a regulamentação da internet e dos direitos autorais – aqui, dependendo de como essa caixa-preta for fechada, seus efeitos podem ter um profundo impacto tanto na reestruturação do jornalismo como na liberdade das trocas que hoje proliferam na rede.

O conhecimento, cada vez mais, assume um lugar privilegiado na geração do valor – o poder de inovação e de significação inerente ao trabalho imaterial faz com que ele dite o valor gerado pelo trabalho material. Sua dimensão biopolítica é o alvo da nova exploração, porque é justamente ela a responsável pela geração de valor (HARDT; NEGRI, 2005). Por um lado, a mobilidade e a flexibilidade de cada vez mais exigidas nas relações de trabalho evidenciam a acumulação parasitária do capital, que se alimenta do comum constituído nas redes de saberes e afetos da população. Por outro lado, essa mesma versatilidade abre espaço para que, a partir da autovalorização do trabalhador, a imensa potência produtiva originada na cooperação social viabilize uma nova forma de democracia.

O virtual é entendido como os poderes que a multidão tem para agir – e a passagem do virtual para o real é feita pelo trabalho ativo, que cria a possibilidade. Imbuído que é pelo conhecimento, afeto, ciência e linguagem, o trabalho protagoniza o poder de agir do intelecto geral. Se os poderes do trabalho criam sem cessar novas construções comuns, por outro lado o que é comum se torna singularizado. É por isso que essas ações comuns configuram um poder constituinte. Já a eficácia do governo imperial não é constituinte: é reguladora.

O trabalho colaborativo nas redes traz consigo a potência de virar o jogo e

⁸ Sigla para Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação, grupo ancorado pelo Circuito Fora do Eixo.

subverter a lógica da economia de mercado atual. Essas redes de troca exigem, cada vez mais, liberdade e gratuidade – elementos que se mostram como condição básica para a expansão e inovação, para além do capital. Para levar avante o processo de acumulação, é necessário privatizar o comum construído a partir de um regime de dádiva. Uma das muitas contradições dessa lógica é que a manutenção da qualidade do trabalho colaborativo exige uma mudança no conceito de cidadania. A produtividade, a remuneração e a proteção desse tipo de trabalho estão diretamente implicadas com os direitos concedidos à sociedade civil (COCCO, 2012). Ao direito que visa a proteção da acumulação parasitária, é preciso contrapor um direito do comum.

A velha mídia e as novas possibilidades de emissão convivem neste tempo que desloca velhos valores e produz outras formas de vida, para além do projeto moderno de identidade e imobilidade. São muitas as informações que possibilitam outras visadas de mundo, alternativas àquelas difundidas pelos veículos e empresas da Indústria Cultural. O jornalismo, cada vez mais, também é construído pelas mídias alternativas e outras formas inovadoras de produção e circulação de conteúdo.

Para além do jornalismo cartesiano

A expansão das novas tecnologias ajuda a difundir visadas minoritárias e, para além disso, as possibilidades tecnológicas das redes digitais foram cruciais no processo de adesão e impacto das Manifestações de Junho, por exemplo. Contudo, o controle e a vigilância presentes no ciberespaço também são determinantes para o alcance de abordagens alheias ao discurso hegemônico. Tais controles evidenciam o quanto elementos não humanos, em princípio externos ao jornalismo, concorrem para determinar práticas de produção e de circulação da notícia – seja na visibilidade das versões minoritárias, seja nas novas rotinas das redações, cada vez mais dependentes da apuração *online*, por exemplo.

Na cibercultura, outros processos produtivos instauram uma nova relação de força na construção dos sentidos sobre os acontecimentos sociais. A multiplicidade de redes, os novos modos de legitimar as fontes, diferentes formas de financiamento e outros elementos vêm deslocando/multiplicando o que entendemos ser o jornalismo. Para além de legitimar ou depreciar a cibercultura, interessa analisar seu impacto na formulação de conceitos e premissas sobre as quais as práticas jornalísticas se sedimentaram.

Referências

ACCARDO, Alain. Submissão chique: a estranha ética dos jornalistas. **Le Monde Diplomatique**, ed. brasileira, ano 1, número 4, 2000. Disponível em: <<http://diplo.dreamhosters.com/2000-05,a1750.html>>. Acesso em: 5 Fev. 2013.

ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.

BENTES, Ivana. As novas formas de lutas pós-mídias digitais. **Revista Lugar Comum**, n. 28, pp. 71-80, dezembro 2011. Disponível em: <http://uninomade.net/wp-content/files_mf/110810121237As%20novas%20formas%20de%20lutas%20pos-midias%20digitais%20-%20Ivana%20Bentes.pdf>. Acesso em: 15 Jun. 2016.

BRUNO, Fernanda. Rastros digitais sob a perspectiva da Teoria Ator-Rede. **Revista Famecos**, v. 19, n. 3, pp. 681-704, set/dez 2012. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/viewFile/12893/8601>>. Acesso em: 19 Jun. 2013.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. O jornalismo entre a dúvida e a incerteza: reflexões sobre a natureza da atividade. **Revista Comunicação & Sociedade**, São Bernardo do Campo, PósCom-Metodista, ano 29, n. 50, pp. 203-221, 2º Sem. 2008.

COCCO, Giuseppe. Introdução à 3ª edição. **Trabalho e cidadania: produção de direitos na crise do capitalismo global**. São Paulo: Cortez, 2012.

DE MARCHI, Leonardo. A angústia do formato: uma história dos formatos fonográficos. **Revista E-Compós**, v. 2, 2005. Disponível em: <<http://compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/view/29>>. Acesso em 8 Out. 2008.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

DEUZE, Mark e WITSCHGE, Tamara. Além do jornalismo. **Leituras do Jornalismo**, ano 2, vol 2, n 4, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

_____. **Historia da sexualidade I**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

LATOURETTE, Bruno. **Reagregando o social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede**. Salvador: Edufba, 2012; Bauru, São Paulo: Edusc, 2012.

_____. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: UNESP, 2000.

_____. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LAW, John. Notes on the Theory of the Actor-Network: Ordering, Strategy and Heterogeneity. **Systems Practice**, 5 (1992), 379-93. Disponível em: <<http://www.heterogeneities.net/publications/Law1992NotesOnTheTheoryOfTheActor-Network.pdf>>. Acesso em: 10 Ago. 2013.

LEMOS, André. **Cibercultura**. Porto Alegre: Sulina, 2007.

MALINI, Fábio. **A batalha do vinagre: por que o #protestoSP não teve uma, mas muitas hashtags**. Artigo publicado no blog do Labic/UFES, 14 Jun. 2013a. Disponível em: <<http://www.labic.net/cartografia-das-controversias/a-batalha-do-vinagre-por-que-o-protestosp-nao-teve-uma-mas-muitas-hashtags/>>. Acesso em: 15 Jun. 2013.

_____. **Mídia Ninja. “A disputa pelo poder midiático”. Entrevista especial com Fábio Malini**. Entrevista concedida ao IHU online, 10 Ago. 2013b. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/522589-o-que-esta-em-jogo-e-a-disputa-pelo-poder-midiatico-entrevista-especial-com-fabio-luiz-malini-de-lima>>. Acesso em: 12 Ago. 2013.

_____.; ANTOUN, Henrique. **@internet e #rua**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MIELNICZUK, Luciana. O celular afronta o jornalismo. In: BARBOSA, Suzana; MIELNICZUK, Luciana (Orgs.) **Jornalismo e tecnologias móveis**. Covilhã, Portugal: LabCOM, 2013.

PASQUINELLI, Matteo. **Capitalismo maquínico e mais-valia de rede**: notas sobre a economia política da máquina de Turing. Tradução de Henrique Antoun, 2012 (trabalho não publicado).

PEREIRA, Fábio; ADGHIRNI, Zélia. O jornalismo em tempo de mudanças estruturais. **Intexto**, v. 1, n. 24, pp. 38-57, jan./jun. 2011.

PRIMO, Alex. Interações mediadas e remediadas: controvérsias entre as utopias da cibercultura e a grande indústria midiática. In: PRIMO, Alex (Org.). **Interações em rede**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

SILVA, Fernando Firmino. Repórteres em campo com tecnologias móveis conectadas. In BARBOSA, Suzana; MIELNICZUK, Luciana (Orgs.) **Jornalismo e tecnologias móveis**. Covilhã, Portugal: LabCOM, 2013.

VIANA, Silvia. Será que formulamos mal a pergunta? In: MARICATO, Ermínia et al. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013.

VIRNO, Paolo. **Virtuosismo e revolução**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

ZAGO, Gabriela. Da circulação à recirculação jornalística: filtro e comentário de notícias por interagentes no Twitter. In: PRIMO, Alex (Org.). **Interações em rede**. Porto Alegre: Sulina, 2013.